

O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil

NELSON DO VALLE SILVA *

Duas conclusões principais emergem da análise sobre os diferenciais raciais na distribuição da renda. A primeira é que os negros e os mulatos, contrariamente às conclusões mais comuns na literatura, parecem exibir perfis extraordinariamente semelhantes. Isto é particularmente verdadeiro no que tange aos padrões de retorno à experiência e à escolaridade; mas obtêm-se resultados similares com relação a outras variáveis. Assim, longe de ser uma mera simplificação, a análise conjunta de negros e mulatos constitui uma abordagem adequada à análise da discriminação racial no Brasil. Uma segunda conclusão diz respeito à descoberta de diferenças substanciais na realização econômica entre brancos e pessoas de cor, mesmo quando controladas por variáveis que definem o processo de determinação dos rendimentos. Isto é uma indicação de que uma proporção substancial das diferenças inter-raciais na distribuição da renda no Brasil é causada por práticas discriminatórias.

1 — Introdução

Setenta e dois anos após a abolição formal da escravidão, a situação da população de cor na área do Rio de Janeiro por volta de 1960 caracterizava-se essencialmente pela pobreza generalizada. Apesar dessa longa persistência da pobreza, a literatura sociológica brasileira tende a minimizar, ou mesmo rejeitar, a discriminação como fator que possa ajudar a explicar esse diferencial racial nas condições econômicas.

Mais especificamente, um exame da literatura brasileira sobre relações raciais sugere duas hipóteses principais para explicar a realidade racial no Brasil. A primeira delas diz respeito à posição privilegiada da população mulata na sociedade brasileira: espera-se

* Da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

que os mulatos tenham um nível de oportunidades de mobilidade muito maior que o dos negros.¹ Essa hipótese, embora admitindo a discriminação, implica a idéia de que a miscigenação difundida no Brasil teve o importante efeito de atenuar as relações raciais. Em outras palavras, a diluição física da cor negra na branca em uma categoria não muito bem estabelecida de mulatos diluiu também a discriminação. Esta situação, às vezes denominada *the mulatto escape-hatch*, é supostamente o aspecto essencial que distingue o sistema brasileiro de relações raciais do americano:

“... nos Estados Unidos o negro passou a ser definido como qualquer pessoa de linhagem africana, e essa definição não é qualificada por critérios de classe. Por outro lado, no Brasil, como na América Latina em geral, essa simples definição biológica do negro nunca se desenvolveu. Entretanto, reservou-se um lugar especial para o tipo miscigenado — o mulato — desenvolvimento esse que abriu uma gama muito maior de possibilidades de mobilidade social. De fato... a pessoa que não é nem branca nem negra pode ser considerada como símbolo das diferenças entre as relações raciais dos dois países.”²

Devemos esperar, portanto, que os mulatos, *ceteris paribus*, em termos gerais, apresentem níveis educacionais, ocupacionais e de renda muito superiores aos dos negros.

Uma segunda hipótese alternativa, e parcialmente contrária à primeira, afirma que raça não tem uma função significativa no processo de mobilidade social, sendo a situação atual explicável em termos das posições relativas das quais partiram os grupos raciais.³

¹ Ver G. Freire, *Casa Grande e Senzala* (Rio de Janeiro: Schmidt, 1933), D. Pierson, “Race Relations in Portuguese America”, in A. Lind (ed.), *Race Relations in World Perspective* (Honolulu: Un. of Hawaii, 1955), e F. Fernandes, *The Negro in Brazilian Society* (Nova York: Athencum, 1971).

² C. Degler, *Neither Black Nor White* (Nova York: Macmillan, 1971), pp. 203-204.

³ Ver O. Ianni, *Raças e Classes Sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972), e F. Fernandes, *O Negro no Mundo dos Brancos* (São Paulo: Difel, 1972).

O fato de os não-brancos terem ancestrais escravos é enfatizado e, nas palavras de um observador:

“Com respeito à primeira questão (se a cidade de São Paulo realmente rejeitou o negro como tal), parece óbvio que as implicações da rejeição realmente não são raciais nem anti-raciais. O isolamento econômico, social e cultural dos negros, com todas as suas inquestionáveis conseqüências maléficas, foi um resultado natural de sua relativa incapacidade de sentir, pensar e agir no meio social como homens livres. Ao rejeitá-los, a sociedade estava, portanto, rejeitando um fator humano que carregava dentro dele um escravo ou um liberto... Deveria ter-se em mente que, em termos sociológicos, essa rejeição seria especificamente de caráter racial somente se os negros continuassem a ser rejeitados, uma vez que eles adquirissem essas características. Os dados apresentados sugerem o contrário. Na medida em que o negro adquiriu os rendimentos dessas características ou evidenciou alguma capacidade para fazê-lo, ele encontrou as portas abertas e pôde se ajustar socialmente.”⁴

Segundo essa teoria, embora os níveis de realização sócio-econômica entre as raças sejam diferentes, não há diferenças raciais significantes nos retornos aos investimentos em capital humano.

A presente investigação é um estudo dos diferenciais de renda entre brancos e não-brancos na área do Rio de Janeiro, utilizando a subamostra de 1,27% do Censo Brasileiro de 1960. Constitui propósito fundamental deste estudo explorar o papel da raça como fator adscrito na alocação das remunerações do trabalho, depois de controlados corretamente os efeitos das diferenças raciais no nível educacional. Dar-se-á uma atenção particular às hipóteses sugeridas pela literatura brasileira, e o procedimento que seguiremos nos possibilitará testar a hipótese de discriminação no mercado de trabalho.

⁴ Ver F. Fernandes, *The Negro...*, *op. cit.*, pp. 52-53.

2 — Métodos e dados

Para testar a existência de discriminação econômica no mercado de trabalho precisamos especificar um modelo de determinação da renda. O marco teórico mais usado para a análise da distribuição da renda é a chamada Teoria do Capital Humano, ótica seguida em nosso estudo.

As análises, em termos de capital humano, das distribuições da renda podem ser caracterizadas como tentativas de explicar a estrutura das remunerações do trabalho, enfatizando um fator, especificamente a quantidade de investimentos realizados em educação e treinamento, ou seja, os dois componentes do estoque de capital humano de um indivíduo.⁵ O enfoque é microeconômico, tentando basicamente descrever o processo pelo qual a curva de salários é gerada. Seguindo a tradição neoclássica, considera-se que os salários refletem a produtividade marginal dos indivíduos, e portanto o problema econômico de determinar a sua remuneração tem sua chave na análise dos fatores que compõem essa produtividade.

Assim:

“O capital humano é definido em termos de qualificação produtiva, talento e conhecimento de um indivíduo. Isso é medido pelo valor (preço multiplicado pela quantidade) de bens e serviços produzidos.”⁶

Portanto, diz-se que qualificação, talento e conhecimento constituem o “estoque de capital humano” de uma pessoa.

O processo pelo qual se acumula o capital humano é visto como resultado da otimização de decisões tomadas pelo indivíduo e sua família, acerca da alocação de investimentos no seu estoque de

⁵ Cf. H. F. Lydall, “Theories of the Distribution of Earnings”, in A. B. Atkinson (ed.), *The Personal Distribution of Incomes* (Boulder: Westview, 1976), p. 20.

⁶ Ver L. Thurow, *Poverty and Discrimination* (Washington: Brookings Institution, 1970), p. 1.

capital humano, durante seu ciclo vital.⁷ Os modelos de otimização propostos podem ser brevemente descritos dizendo-se que a alocação racional requer que a maior parte dos investimentos seja concentrada nas idades mais jovens:

“Os investimentos podem aumentar antes da adolescência, mas continuarão a uma taxa decrescente, ao longo da maior parte da vida produtiva de uma pessoa. Os investimentos não ocorrem de uma vez só, num período curto inicial, apesar de que isto maximizaria a remuneração do período restante e os retornos totais, pois os custos marginais na produção de capital humano aumentam durante esse período. A solução é fazer variar os investimentos ao longo do tempo, a uma taxa eventualmente decrescente, pois (i) os benefícios decrescem com o período de remuneração, isto é, encurta-se o tempo restante de trabalho, e (ii) os custos de oportunidade do tempo, que é um insumo no processo de aprendizagem, são passíveis de aumentar durante a vida produtiva do indivíduo.”⁸

Dado que os salários são função do estoque de capital humano, podemos inferir das considerações acima que eles deveriam aumentar a uma taxa decrescente, eventualmente cessando em idade avançada, quando os investimentos líquidos se tornariam negativos. Em outras palavras, o perfil dos rendimentos durante a vida produtiva deveria ser tipicamente côncavo com respeito à idade, sendo sua taxa de crescimento uma função positiva da quantidade líquida de capital humano em estoque e sua concavidade dependente de sua taxa de declínio ao longo do tempo.⁹ Isto sugere uma relação idade-salário parabólica.

Para concluir os testes empíricos das teorias de capital humano, os analistas tomam funções de produção desse capital, sendo estas analogias diretas com aquelas usadas na análise da produção física.

⁷ Ver G. Becker, *Human Capital* (Nova York: Columbia, 1964), e J. Mincer, *Schooling and Earnings* (Nova York: NBER – Columbia University Press, 1974), e “Progress in Human Capital Analysis of the Distribution of Earnings”, in A. B. Atkinson (ed.), *op. cit.*

⁸ Ver J. Mincer, “Progress in Human Capital...”, *op. cit.*, p. 139.

⁹ *Ibid.*

Uma função de produção de capital humano indica uma relação quantitativa entre os insumos e a produção de capital humano, isto é, o salário potencial do indivíduo.¹⁰ As aplicações empíricas da teoria do capital humano são inúmeras, sendo o seu estoque geralmente alcançado por variáveis como “anos de escolaridade” e “experiência” e a idade comumente tomada como substituto desta última.

No que diz respeito à forma funcional apropriada à função de salários, ocorre que, embora existam alguns argumentos teóricos claros justificando uma relação não-linear — pelo menos no tocante à variável experiência ou idade (como foi indicado acima) — podemos encontrar na literatura uma vasta gama de especificações funcionais, desde uma simples função linear,¹¹ passando por uma parábola logarítmica e funções de Gompertz,¹² até uma função de produção log-logarítmica, tipo Cobb-Douglas.¹³

O Censo Brasileiro de 1960, por constituir um manancial de dados de utilidade inigualável para o período de referência, é a fonte básica de informação deste estudo.¹⁴ Os dados utilizados neste estudo

¹⁰ Ver L. Thurow, *op. cit.*, p. 46.

¹¹ Ver G. Hanoch, “An Economic Analysis of Earnings and Schooling”, in *Journal of Human Resources*, vol. 2 (1967), pp. 310-329, e A. Rees e G. P. Schultz, *Workers and Wages in an Urban Labor Market* (Chicago: Un. of Chicago, 1970).

¹² Ver J. Mincer, *Schooling...*, *op. cit.*

¹³ Ver L. Thurow, *op. cit.*

¹⁴ É uma fonte de dados única por duas razões importantes. Em primeiro lugar, o Censo Brasileiro de 1960 não foi completamente processado e publicado. Devido a várias circunstâncias infelizes, o material publicado cobre somente cerca de um terço dos Estados brasileiros, e predominantemente aqueles localizados na região Norte. Dessa forma, as informações sobre as áreas do Sul, mais desenvolvidas, são muito incompletas. Entretanto, uma subamostra de 1,27% foi publicada numa separata especial — ver *VII Recenseamento Geral do Brasil — Censo Demográfico — Resultados Preliminares*, Série Especial (Rio de Janeiro: IBGE, 1965), vol. II. Dessa subamostra foram selecionados os casos correspondentes à área do Rio de Janeiro, e estes são os dados utilizados na presente análise.

Apesar de essa subamostra ter-se encontrado à disposição do público em geral, com cópias em organizações internacionais de pesquisa, tais como o CELADE (Santiago, Chile) e o Banco de Dados Latino-Americano da Universidade da

referem-se a indivíduos do sexo masculino não freqüentando a escola, com idades de 10 a 64 anos, pertencentes a grupos de cor branca, mulata e negra (por motivos que explicarei posteriormente) e residentes nos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Esta última condição especifica o que é geralmente denominado de “área do Rio de Janeiro”. O tamanho total da amostra é $N = 21.861$. As variáveis selecionadas para este estudo são as seguintes:

1) *Raça (cor)* — A classificação racial original nos dados censitários é a seguinte: branco, negro, oriental, mulato, índio e “não identificado”. Como a população indígena e oriental, especialmente na área do Rio de Janeiro, constitui cerca de 0,1% da população total, é preferível trabalhar exclusivamente com as categorias branco, mulato e negro.

2) *Renda* — A renda foi medida em termos de “renda média mensal”, incluindo não somente os salários, como também as várias formas de rendimentos do capital. Para aqueles com renda fixa (isto é, os assalariados) os dados correspondem à renda do mês precedente. Para os que percebem renda variável (por exemplo, os profissionais liberais) as informações coletadas correspondem à média dos últimos 12 meses. Nos dados censitários a renda é categorizada, sendo que a primeira e a última classe constituem intervalos abertos. Visando a um melhor tratamento dessa variável, os pontos centrais desses dois intervalos abertos foram estimados; o do intervalo superior foi ajustado através de uma curva de Pareto, utilizando-se os dois intervalos precedentes; o ponto central do intervalo inferior foi ajustado por uma curva lognormal para a distri-

Flórida, ela foi muito pouco explorada. De fato, segundo nos consta, foi utilizada somente uma vez, num estudo sobre a distribuição da renda no Brasil — ver C. G. Langoni, *Distribuição de Renda no Brasil* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973). Assim, o fato de constituir-se basicamente em informação “nova” torna a análise dos dados potencialmente importante.

Em segundo lugar, e o mais importante, é que o Censo Brasileiro de 1930 foi o último a coletar dados sobre raça ou cor, o que foi abandonado a partir do de 1970. Dado que o Censo de 1950 somente está disponível na forma publicada (e, infelizmente, inadequadamente apresentada para os propósitos desta pesquisa), a subamostra de 1960 torna-se a única fonte de dados importante de que dispomos sobre a população brasileira que inclui informações a respeito de raça.

buição da renda no seu total. Esses procedimentos deram lugar às seguintes estimativas de pontos centrais: Cr\$ 705,00 para o ponto central do intervalo inferior e Cr\$ 128.400,00 para o do superior.

A Tabela 1 apresenta a renda média estimada para cada grupo racial. Mostra-se claramente a existência de diferenças muito substanciais de renda entre os grupos de cor, sendo a renda média da população branca mais que o dobro da negra. Outro fato de destaque na Tabela 1 é a diferença relativamente pequena da renda média entre as populações negra e mulata.

TABELA 1
Renda, segundo a cor — Rio de Janeiro, Brasil, 1960

Cor	N	Média	D.P. (Estim.)
Negra	2.686	5.440,98	4.879,05
Mulata	4.487	6.492,91	6.600,69
Branca	14.688	11.601,59	16.362,84
Total	21.861	9.796,09	14.089,45

FONTE: *Censo Brasileiro de 1960*, subamostra de 1,27%.

3) *Residência* — Essa variável nos dá um certo controle sobre as diferenças espaciais da renda *per capita*. Em particular, as diferenças rural/urbano no custo de vida podem afetar as rendas médias nessas áreas e, portanto, explicar parte da variância da renda. Dado que raça está associada a lugar de residência (sendo os brancos mais “urbanos” que os não-brancos), a localização pode dar conta de parte das diferenças raciais de renda.

A definição de “lugar de residência” no Censo Brasileiro de 1960 seguiu uma tricotomia urbano/suburbano (vila) /rural, como definido legalmente e delimitado pelos governos municipais.¹⁵

4) *Antecedentes* — O lugar no qual o indivíduo morou antes de vir para o lugar de residência de 1960 é classificado como rural ou urbano. Esta variável pode ser utilizada como indicador dos antecedentes rurais ou não do indivíduo.

¹⁵ As áreas urbanas são “cidades”, ou seja, sedes municipais; as “vilas” são definidas como sede de distritos; e as “áreas rurais” são todas aquelas fora dos limites das cidades e vilas.

5) *Estado ou país de origem* — As categorias censitárias do Estado ou país de origem são extremamente detalhadas, incluindo mais de 90 possíveis regiões de origem. Entretanto, dado que estamos interessados basicamente na origem como indicador da qualificação ou produtividade do indivíduo, parece-nos satisfatório agrupar as áreas segundo níveis de desenvolvimento sócio-econômico. Em decorrência disso, adotamos neste estudo a classificação proposta por G. Soares: o Sudeste desenvolvido e o resto do País.¹⁶ Os migrantes estrangeiros foram agrupados numa única categoria à parte.

6) *Tempo de residência* — Outra variável que diz respeito à condição migratória no Censo de 1960 é a questão seguinte: desde quando o respondente mora no seu atual lugar de residência? Para o propósito deste estudo, a variável foi recodificada nas seguintes categorias: 1 ou menos, 2-3, 4-5, 6-10, 11 ou mais anos de residência.

7) *Estado conjugal* — Esta variável é usada freqüentemente como um indicador do compromisso de trabalhar assumido pelo indivíduo. Nesta interpretação, supõe-se que ele afete a produtividade e, portanto, a renda da pessoa. Neste estudo, utilizaremos a dicotomia simples: solteiro/não-solteiro.

8) *Escolaridade* — De acordo com as chamadas teorias do capital humano da distribuição da renda, esta variável é usualmente considerada como um indicador direto da qualificação e produtividade do indivíduo. No Censo de 1960, mediu-se a escolaridade através de duas variáveis: uma considerando o último ciclo atingido pelo indivíduo (isto é, primário, secundário, colegial e universitário) e outra medindo o último ano no ciclo. Para os propósitos deste estudo, transformou-se a informação destas duas variáveis em uma só medida, “anos de escolaridade”, por meio de uma escala que vai de zero (nenhuma escolaridade) a 17 (universitário completo).

9) *Experiência* — Esta é outra variável central do capital humano. O Censo Brasileiro de 1960 não permite uma mensuração direta da experiência no mercado de trabalho, e portanto utilizaremos uma transformação da idade do respondente como aproximação dessa

¹⁶ Ver G. A. D. Soares, *Sociedade e Política no Brasil* (São Paulo: Difel, 1973), p. 154.

variável. Mais especificamente, a experiência será definida como: experiência = idade (idade ao entrar na escola + anos de escolaridade), onde se considerou “a idade ao entrar na escola” como a constante 6.

A análise bivariada da relação entre renda e as demais variáveis listadas acima indica que uma especificação adequada e conveniente de uma função rendimentos baseada em nossos dados pode ser a seguinte:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 E + \beta_2 E^2 + \sum_{i=3}^{14} \beta_i S_i + \sum_{i=15}^{24} \beta_i D_i$$

onde Y e E representam respectivamente a “renda média mensal” e a “experiência no mercado de trabalho”; os S_i são variáveis *dummy*, representando os diferentes níveis de escolaridade; os D_i são variáveis *dummy* que representam as variáveis de lugar, antecedentes e estado conjugal (variáveis 3 a 7); e os β são coeficientes de regressão obtidos para o teste das hipóteses sugeridas pela literatura brasileira. Dar-se-á atenção especial às diferenças raciais nos retornos dos investimentos em capital humano, ou seja, escolaridade e experiência.

3 — Retornos à experiência

Os resultados do ajustamento desse modelo para nossos dados constam da Tabela 2.

É importante observar nessa tabela a similitude entre negros e mulatos, em termos dos coeficientes obtidos. Em particular, mesmo quando esses dois grupos diferem significativamente, eles contrastam claramente com os resultados referentes ao grupo branco. Os coeficientes de negros e mulatos, na Tabela 2, não só têm, em geral, uma magnitude semelhante, mas, também, mesmo quando diferem significativamente, concordam quanto à direção e forma da relação. Portanto, uma referência a um padrão “não-branco” oposto a um “branco” parece-nos apropriada e merece certa atenção. A quarta coluna da Tabela 2 apresenta o resultado do ajustamento de nossa

função rendimentos ao grupo não-branco, ou seja, àquele composto de mulatos e negros. O contraste com o grupo branco é marcante. A forma da relação é diferente para muitas variáveis ao compararmos os dois grupos, sendo “tempo de residência” um exemplo disso.

Concentremos agora nossa atenção nas duas variáveis do capital humano: experiência e escolaridade. O impacto de qualquer fator, tal como escolaridade e experiência, sobre os rendimentos pode ser avaliado pelo cálculo da taxa marginal de retorno ao fator, ou seja, a derivada parcial da função salário ou rendimentos em relação a esse fator. No caso da experiência, a taxa marginal de retorno é dada por:

$$\frac{\partial Y}{\partial E} = \beta_1 + 2\beta_2 E$$

Voltando aos dados da Tabela 2, podemos ver que as taxas marginais de retorno à experiência para os três grupos raciais são as seguintes:

$$\frac{\partial Y_b}{\partial E} = 705,09 - 20,10 E$$

$$\frac{\partial Y_m}{\partial E} = 411,43 - 11,86 E$$

$$\frac{\partial Y_n}{\partial E} = 234,44 - 6,07 E$$

onde os índices b , m e n referem-se a brancos, mulatos e negros, respectivamente. A taxa marginal de retorno à experiência para os não-brancos é:

$$\frac{\partial Y_{nb}}{\partial E} = 344,20 - 9,60 E$$

Os brancos têm, tipicamente, retornos à experiência muito superiores aos dos não-brancos. Entretanto, dado que os retornos marginais são função negativa da experiência, e que os brancos têm uma taxa de decréscimo mais acentuada que os não-brancos, a longo prazo os não-brancos podem ter, eventualmente, maiores taxas de retorno que os brancos. As funções da taxa marginal de retorno são descritas no Gráfico 1.

TABELA 2
Ajustamento da função rendimentos, segundo a cor

Variáveis	Cor			
	Branco	Mulato	Preto	Não-Branco
Área: Rural.....	-1.756,97	-1.101,87	871,36	-1.002,45
Urbana.....	416,75 (4,73)	378,20 (5,37)	432,35 (5,63)	395,23 (7,32)
Vila.....	-818,27 (1,44)	454,87 (3,91)	792,56 (4,39)	580,64 (5,49)
Antecedente: Rural.....	-917,59	-901,13	-721,62	-834,95
Urbana.....	243,92 (2,88)	384,36 (5,04)	507,72 (5,65)	433,97 (7,14)
Tempo: 0-1.....	-1.019,87	-431,00	-1.020,50	-734,00
2-3.....	-227,88 (1,15)	-172,97 (0,57)	409,82 (2,95)	-147,33 (1,73)
4-5.....	-139,09 (1,21)	669,90 (2,29)	592,07 (3,18)	509,90 (3,45)
6-10.....	56,93 (1,81)	668,63 (2,87)	426,68 (3,60)	463,31 (4,11)
11+.....	105,33 (2,20)	232,07 (2,01)	-25,19 (2,99)	-16,46 (2,95)
Origem: Subdesenvolvido.....	279,50	309,70	187,40	333,38
Desenvolvido.....	-477,00 (2,39)	-964,28 (2,63)	-54,75 (1,19)	-122,18 (2,93)
Estrangeiro.....	2.157,09 (5,27)	-1.890,43 (0,64)	517,38 (0,26)	-945,85 (0,72)
Estado Conjugal: Solteiro.....	-1.489,25	-336,44	-599,92	-436,91
Não-Solteiro.....	784,42 (7,52)	224,29 (2,39)	394,97 (4,76)	288,85 (4,37)

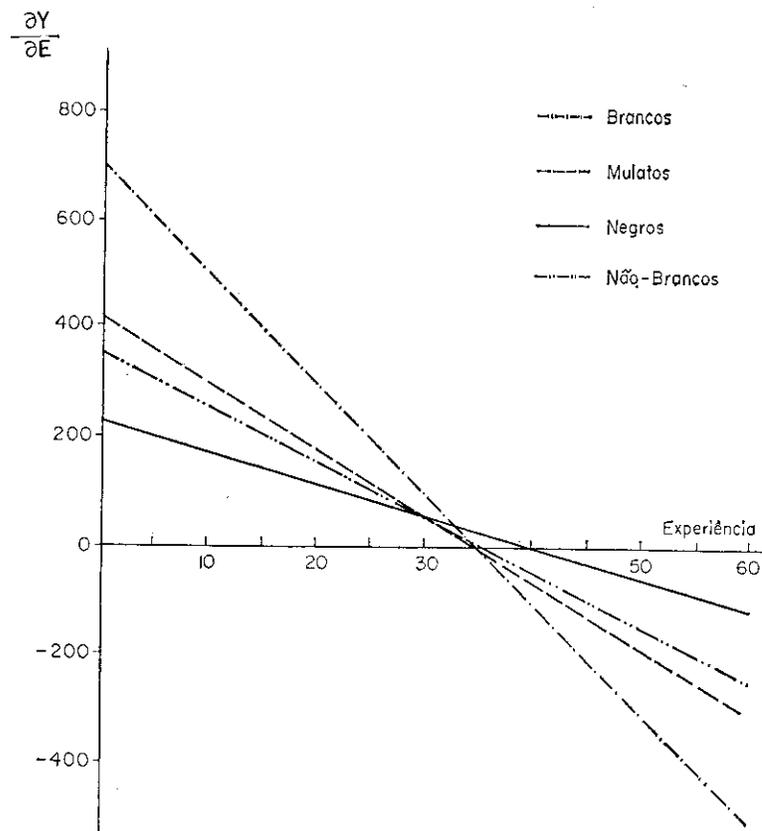
Escolaridade: 0.....	-6.719,52	-2.058,65	-1.406,31	-2.422,30
1.....	-5.704,49 (1,36)	-1.716,15 (0,72)	-1.162,39 (0,69)	-2.076,88 (1,12)
2.....	-5.495,54 (2,28)	-1.421,53 (2,05)	-531,63 (3,39)	-1.670,68 (3,51)
3.....	-4.874,05 (3,84)	-241,38 (6,20)	403,76 (7,21)	-581,27 (9,00)
4.....	-2.678,78 (8,04)	373,35 (7,33)	945,48 (7,75)	25,98 (10,33)
5.....	-1.913,09 (10,32)	1.896,18 (13,05)	2.630,07 (13,79)	1.602,63 (18,39)
6.....	-313,40 (6,13)	1.039,84 (3,25)	3.069,29 (3,08)	942,86 (4,35)
7.....	1.341,73 (8,95)	2.945,64 (6,64)	3.752,87 (5,61)	2.661,80 (8,68)
8.....	2.543,54 (10,15)	2.585,94 (4,27)	3.586,80 (4,82)	2.341,12 (6,02)
9.....	5.543,78 (18,03)	6.694,33 (11,69)	6.947,22 (11,08)	6.198,47 (15,59)
11.....	8.204,88 (23,75)	9.565,05 (15,39)	11.074,00 (10,21)	9.276,80 (19,08)
14.....	32.859,70 (39,24)	19.532,60 (12,61)	16.542,20 (6,64)	18.591,80 (14,99)
17.....	35.004,70 (57,64)	19.539,50 (15,10)	20.801,00 (8,22)	19.255,90 (18,10)
Experiência.....	705,09 (16,96)	411,43 (11,87)	243,44 (7,77)	344,20 (14,16)
Experiência ²	-10,05 (14,22)	-5,93 (10,10)	-3,04 (6,24)	-4,80 (11,91)
Constante.....	3.564,80	1.987,47	2.641,36	2.306,82
R ²	0,353	0,269	0,354	0,293
Razão — F.....	300,358	59,687	52,480	107,104

FONTE: *Censo Brasileiro de 1960*, subamostra de 1,27%.

Os coeficientes de regressão para as variáveis das categorias são expressos em termos de desvios em relação à média geral. Os valores *t* anotados entre parênteses são os dos coeficientes de regressão na forma mais usual de variáveis *dummy* (onde se omite uma variável de base). Assim, não há valor *t* para a categoria omitida em cada variável.

Gráfico 1

MUDANÇAS NA TAXA DE RETORNO À EXPERIÊNCIA,
SEGUNDO A COR – HOMENS, 10-64 ANOS DE IDADE –
RIO DE JANEIRO, 1960



Os brancos exibem claramente maiores taxas de retorno à experiência durante seus primeiros 35 anos na força de trabalho, isto é, até o apogeu de suas vidas produtivas. Depois de atingir esse máximo, passam por um declínio constante, e sua taxa marginal de retorno torna-se negativa. É durante essa fase negativa da taxa marginal

que os não-brancos começam a ter maiores remunerações (ou melhor, menores decréscimos) do que os brancos. Todos os grupos atingem o pico máximo de retornos aproximadamente no mesmo período, sendo que o declínio mais acentuado dos brancos determina uma vantagem relativa para os não-brancos. Deve-se enfatizar, todavia, que 35 anos são, para a maioria das pessoas, a maior parte de sua vida ativa, e portanto poderíamos afirmar que os brancos têm ganhos relativos à experiência superiores aos dos não-brancos, durante a maior parte de sua vida produtiva.

4 — Retornos à escolaridade

Como mostram os coeficientes na Tabela 2, há substanciais diferenças, em termos de retornos à escolaridade, a favor dos brancos, de forma que, mesmo em situações em que sofrem maiores desvantagens, eles podem ter vantagens absolutas em níveis de escolaridade mais altos. Essas observações sugerem que, enquanto os brancos são favorecidos com altos retornos à escolaridade, os não-brancos estão sujeitos a desvantagens crescentes ao tentar subir a escala educacional. Parece haver diferenças não só nos retornos iniciais à escolaridade, mas também, e principalmente, a taxa marginal de retorno da escolaridade dos não-brancos é significativamente menor do que a dos brancos. Assim, em média, os brancos têm retornos à escolaridade muito maiores que os dos não-brancos, crescendo essa diferença com os níveis de escolaridade.

Para estabelecermos a extensão em que isso ocorre, consideremos um indivíduo médio, isto é, aquele que tem as características médias para cada variável, exceto para escolaridade. Se computarmos os rendimentos esperados de tal indivíduo, para cada nível de escolaridade e para cada grupo de cor, calcularemos os retornos de escolaridade médios ou esperados, ou seja, a renda que se deveria esperar, em média, para um dado nível de escolaridade. Os resultados dessa operação estão contidos na Tabela 3.

A primeira observação a ser feita sobre esses resultados é a notável similitude dos retornos médios de escolaridade de negros e mulatos.

TABELA 3

Retornos médios à escolaridade, segundo a cor

Escolaridade	Cor			
	Branco	Mulato	Preto	Não-Branco
0.....	6.140,6	5.386,9	4.882,6	5.177,7
1.....	7.155,6	5.729,4	5.126,5	5.524,1
2.....	7.364,6	6.024,0	5.757,3	5.930,3
3.....	7.986,1	7.204,2	6.692,6	7.019,8
4.....	10.181,3	7.818,9	7.234,4	7.627,0
5.....	10.947,0	9.341,7	8.919,0	9.203,7
6.....	12.546,7	8.485,3	9.358,2	8.543,9
7.....	14.201,9	10.391,1	10.041,8	10.262,8
8.....	15.376,7	10.031,4	9.875,7	9.942,1
9.....	18.403,9	14.139,8	13.236,1	13.799,5
11.....	21.065,0	17.010,6	17.362,9	16.877,8
14.....	45.719,8	26.978,1	22.831,1	26.192,8
17.....	47.864,8	26.985,0	27.089,9	26.856,9

FONTE: *Censo Brasileiro de 1960*, subamostra de 1,27%.

De fato, esses resultados dão um suporte à assertiva de que considerar negros e mulatos como formando um grupo homogêneo não violenta muito a realidade. Assim, os resultados apresentados na última coluna da Tabela 3 parecem representar adequadamente a experiência média dos indivíduos dos dois grupos de cor.

Outro ponto importante é a notável diferença entre os resultados dos grupos branco e não-branco. Não somente os brancos têm retornos iniciais à escolaridade maiores, isto é, uma renda média superior para o nível de nenhuma escolaridade, como também a diferença relativa branco/não-branco cresce de fato com a elevação dos níveis de escolaridade. Dessa forma, enquanto que, para indivíduos sem escolaridade, a renda média dos brancos é aproximadamente 19% superior à dos não-brancos, para indivíduos completando nove anos de escolaridade esta diferença é de 33%.

Esses resultados mostram que, de fato, a taxa marginal de retorno à escolaridade para os brancos é substancialmente maior que a dos não-brancos. Para calcular uma taxa marginal de retorno médio à escolaridade, é conveniente ajustar uma curva aos dados da

Tabela 3. Uma inspeção visual desses dados indica que a função do tipo exponencial descreve-os adequadamente:

$$Y = e^{\beta_0 + \beta_1 S}$$

onde Y e S são os definidos anteriormente e os β são coeficientes de regressão, sendo β_1 a taxa marginal de retorno à escolaridade estimada. Calculando a equação acima pelo método dos mínimos quadrados e utilizando os dados da Tabela 3, ponderando cada observação pelo número de casos em cada célula do item escolaridade, chegamos às seguintes estimativas:

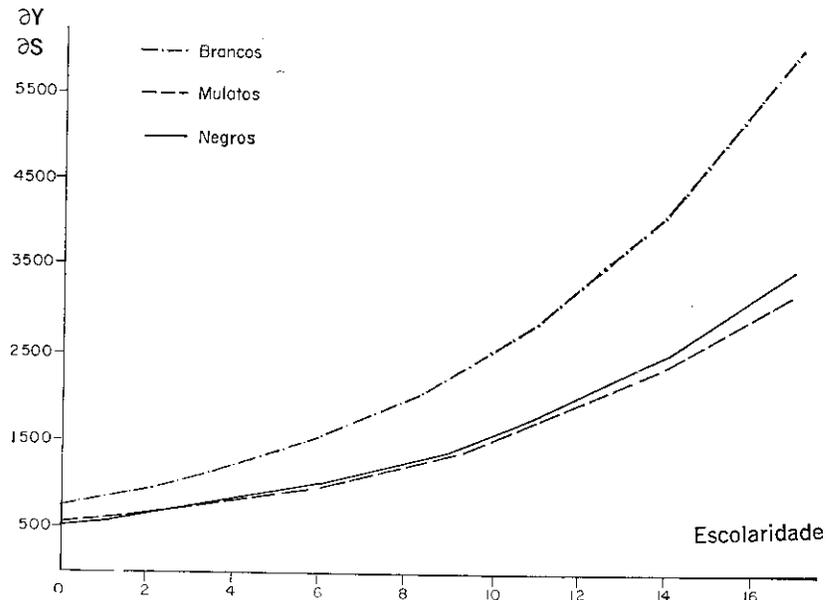
$$\begin{aligned} \text{Branços} & : \ln Y_b = 8,69 + 0,124 S \quad r_b^2 = 0,985 \\ \text{Mulatos} & : \ln Y_m = 8,57 + 0,104 S \quad r_m^2 = 0,973 \\ \text{Negros} & : \ln Y_n = 8,48 + 0,111 S \quad r_n^2 = 0,980 \\ \text{Não-branços} & : \ln Y_{nb} = 8,54 + 0,107 S \quad r_{nb}^2 = 0,977 \end{aligned}$$

Com base nessas estimativas, pode-se medir o impacto da escolaridade sobre os rendimentos calculando-se a taxa marginal de retorno à escolaridade, sendo a derivada parcial, com respeito à escolaridade das funções de rendimentos médios estimadas acima, a seguinte:

$$\frac{\partial Y}{\partial S} = \beta_1 e^{\beta_0 + \beta_1 S}$$

A similaridade entre os resultados de negros e mulatos pode, ainda, ser vista mais uma vez no Gráfico 2. Não só são semelhantes seus retornos marginais à escolaridade, como também o grupo negro parece ter taxas de retorno maiores do que as dos mulatos nos níveis mais altos de escolaridade. De fato, a taxa marginal de retorno à escolaridade (β_1) é maior para os negros do que para os mulatos (crescendo 11,1% por ano de escolaridade para os negros e 10,4% para os mulatos), o que contradiz a suposição muito comum de que os mulatos possuem maior mobilidade social. Em outras palavras, a análise das diferenças dos retornos da escolaridade indica que não só negros e mulatos têm perfis notoriamente semelhantes, compondo um grupo não-branco claramente diferenciado do grupo branco, mas, ainda, que as únicas pequenas diferenças surgidas na análise parecem apontar para retornos de fato mais altos para os negros do que para os mulatos, contrariamente ao que se espera

Gráfico 2
RETORNOS MÉDIOS MARGINAIS À ESCOLARIDADE



usualmente. Por outro lado, as grandes diferenças, em termos de retornos marginais à educação, a favor dos brancos *vis-à-vis* os não-brancos, indicam claramente a provável existência de processos discriminatórios em operação no mercado de trabalho.

5 — Uma medida sumária da discriminação no mercado de trabalho

A abordagem habitual do estudo das diferenças de renda entre dois grupos, quais sejam, os brancos e os não-brancos, consiste em especificar uma função rendimentos:

$$Y = b_0 + \sum_{i=1}^k b_i X_i$$

onde Y é o nível de renda e os X_i são as características utilizadas para explicar Y . Essa função rendimentos é estimada para os dois grupos:

$$Y_b = b_o^b + \sum_{i=1}^k b_i^b X_i^b$$

$$Y_{nb} = b_o^{nb} + \sum_{i=1}^k b_i^{nb} X_i^{nb}$$

onde os índices b e nb indicam os dois grupos. Se \bar{Y} e \bar{X}_i representam respectivamente as médias das variáveis Y e X_i , sabe-se que:

$$\bar{Y}_b = b_o^b + \sum_{i=1}^k b_i^b \bar{X}_i^b$$

$$\bar{Y}_{nb} = b_o^{nb} + \sum_{i=1}^k b_i^{nb} \bar{X}_i^{nb}$$

Da mesma maneira, podemos padronizar a variável renda utilizando os valores X_i médios de um grupo e os coeficientes de regressão correspondentes ao outro grupo. Podemos escrever esse procedimento da seguinte maneira:

$$f_b(\overline{NB}) = b_o + \sum_{i=1}^k b_i^b \bar{X}_i^{nb}$$

$$f_{nb}(\overline{B}) = b_o^{nb} + \sum_{i=1}^k b_i^{nb} \bar{X}_i^b$$

Estas medidas podem ser interpretadas como a renda esperada que um grupo teria se possuísse a mesma estrutura de retornos (isto é, os mesmos coeficientes de regressão) que o outro. Assim sendo, $f_b(\overline{NB})$ indicaria a renda média esperada para os não-brancos se eles tivessem a mesma função rendimentos que os brancos.

A diferença de renda média entre os dois grupos pode ser decomposta, segundo um conhecido procedimento,¹⁷ em quatro componentes diferentes:

$$\bar{Y}_b - \bar{Y}_{nb} = (b_o^b - b_o^{nb}) + \sum X_i^{nb} (b_i^b - b_i^{nb}) + \sum b_i^{nb} (\bar{X}_i^b - \bar{X}_i^{nb}) + \sum (\bar{X}_i^b - \bar{X}_i^{nb}) (b_i^b - b_i^{nb})$$

O primeiro componente é a diferença entre os dois interceptos. O segundo reflete o impacto das diferenças nos coeficientes da regressão sobre as diferenças de renda. Esses dois componentes são tipicamente atribuídos à discriminação.¹⁸ O terceiro componente representa diferenças na "composição" e indica a contribuição das diferenças na distribuição das variáveis explicativas para as desigualdades de renda entre os dois grupos. Finalmente, o último termo, comumente denominado "componente de interação", indica a covariação entre as médias e os coeficientes dos dois grupos.

Os dois primeiros efeitos, que refletem a discriminação no mercado de trabalho, podem ser rearranjados da seguinte maneira:

$$D = (b_o^b - b_o^{nb}) + \sum \bar{X}_i^{nb} (b_i^b - b_i^{nb}) = f_b (\overline{NB}) - \bar{Y}_{nb}$$

representando a diferença entre a renda esperada para os não-brancos, no caso de ausência de discriminação no mercado de trabalho, e a renda média real desse grupo. Da mesma maneira, os componentes de "composição" e "interação" podem ser reescritos assim:

$$C = \sum \bar{X}_i^{nb} (b_i^b - b_i^{nb}) = f_{nb} (\bar{B}) - \bar{Y}_{nb}$$

e

$$I = \sum (\bar{X}_i^b - \bar{X}_i^{nb}) (b_i^b - b_i^{nb}) = \bar{Y}_b + \bar{Y}_{nb} - f_{nb} (\bar{B}) - f_b (\overline{NB})$$

¹⁷ Ver R. Althauser e M. Wigler, "Standardization and Component Analysis", in *Sociological Methods and Research*, vol. 1 (1972), pp. 94-135, e H. M. Iam e A. Thornton, "Decomposition of Differences", in *Sociological Methods and Research*, vol. 3 (1975), pp. 341-352.

¹⁸ Ver L. Thurow, "The Occupational Distribution of the Returns to Educational Experience for Whites and Negroes", in *Proceedings of the Social Statistics Section of the American Statistical Association* (Washington: ASA, 1967), A. Blinder, "Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates", in *Journal of Human Resources*, vol. 7 (1973), pp. 436-455, e S. Masters, *Black-White Income Differentials* (Nova York: Seminar, 1975).

Podemos decompor as diferenças de renda dos nossos grupos de cor em três componentes, tomando D como medida sumária da discriminação no mercado de trabalho. Aplicando esse procedimento de decomposição aos nossos dados, obtemos os resultados expostos na Tabela 4. O grupo branco é tomado como base de comparação, de forma que as diferenças de renda decompostas são obtidas pela comparação do grupo branco com os grupos não-brancos.

TABELA 4

Decomposição dos diferenciais de renda, segundo a cor — Rio de Janeiro, Brasil, 1960

(grupo de cor base: branco)

(Em %)

Componentes	Cor		
	Mulato	Negro	Não-Branco
Total: $Y_b - Y_n$	5.425,0 (100,0)	6.587,7 (100,0)	5.860,1 (100,0)
Discriminação.....	954,3 (17,6)	959,0 (14,6)	955,0 (16,3)
Composição.....	2.456,2 (45,3)	3.699,9 (56,1)	2.827,6 (48,2)
Interação.....	2.014,5 (37,1)	1.928,8 (29,3)	2.077,5 (35,5)

FONTE: *Censo Brasileiro de 1960*, subamostra de 1,27%.

Em geral, embora a discriminação não se mostre tão importante quanto as diferenças na “composição”, ela parece determinar uma grande proporção dessas diferenças de renda. Assim, enquanto as diferenças na distribuição das variáveis dão conta de um total de 45,2% da diferença branco-mulato de renda média, 37,1% podem ser atribuídos ao fato de as diferenças das médias das variáveis explicativas tenderem a covariar com as diferenças dos coeficientes e 17,6% podem ser atribuídos à discriminação no mercado de trabalho.

Da mesma forma, as cifras correspondentes aos negros são 65,1% para o componente “composição”, 29,3% para o de “interação” e

os restantes 14,6% para o de “discriminação”. Portanto, aqui também encontramos o surpreendente resultado de que os negros tendem a sofrer menos discriminação que os mulatos, contradizendo as considerações comumente encontradas na literatura sociológica e histórica.

Outro aspecto interessante é que as desvantagens monetárias de negros e mulatos são virtualmente idênticas, sendo o valor calculado para todo o grupo não-branco de aproximadamente Cr\$ 955,00 em 1960. Esse valor pode ser encarado como representando o típico “custo de não ser branco”.

6 — Conclusões

Vários fatos parecem emergir de nossa análise sobre os diferenciais raciais na distribuição da renda. O primeiro aspecto importante que se apresenta em nossos resultados é que negros e mulatos, contrariamente às considerações usuais na literatura, apresentam perfis notoriamente similares em termos das inter-relações analisadas. Isto é particularmente verdadeiro quando se examinam os padrões de retornos à experiência e escolaridade, e em menor grau com respeito a outras variáveis. Isto tem uma implicação empírica importante, pois o fato de considerar negros e mulatos como componentes de um grupo racial “não-branco” bastante homogêneo não parece violentar muito a realidade. De fato, antes de ser uma mera simplificação, parece constituir uma abordagem perceptiva da análise da discriminação racial no Brasil.

Uma segunda conclusão emergente de nossa análise é o reconhecimento de diferenças substanciais nos níveis de realização econômica entre as raças, mesmo quando controladas por variáveis consideradas relevantes ao processo. Embora as magnitudes das diferenças de renda que podem ser atribuídas a práticas discriminatórias em vigência no mercado de trabalho possam ainda ser consideravelmente menores do que as observadas em outros lugares, ainda assim a porção observada no Brasil é bastante substancial.

Em particular, pode-se mostrar que, enquanto os não-brancos parecem ter certas vantagens nos níveis mais baixos de realização, essas vantagens são superadas pelas taxas superiores de retornos à experiência e escolaridade alcançadas pelos brancos. O resultado líquido desse fato é que os não-brancos só conseguem desfrutar uma posição melhor na fase inicial de seu envolvimento com o mercado de trabalho, em níveis muito baixos de qualificação e geralmente em ambientes pobres, como as áreas rurais. Os brancos são muito mais eficientes na conversão dos investimentos em experiência e educação em retornos monetários, enquanto que os não-brancos sofrem crescentes desvantagens ao tentarem ascender na escala social.

Essas observações têm algumas implicações teóricas e práticas. Embora inferências a partir de dados do período sejam bastante arriscadas, os dados não dão suporte à hipótese de que o investimento em educação para os não-brancos possa remover os obstáculos a eles impostos. Pelo contrário, parecem indicar que, pelo menos a curto prazo, enquanto essas estruturas de mercado forem mantidas, os aumentos do nível educacional dos não-brancos podem induzir a um aumento nos diferenciais raciais de renda, uma vez que se observou que esses diferenciais aumentam à medida que aumenta o nível de escolaridade. Portanto, as perspectivas de igualdade racial no Brasil parecem ser bastante remotas, fato que é reforçado pela extraordinária resistência do mito da “democracia racial”.

Revisando a literatura brasileira sobre relações raciais, percebe-se que a caracterizam duas hipóteses independentes. Primeiramente, alguns autores enfatizam que se deve esperar nítidas diferenças entre mulatos e negros.¹⁹ Em segundo lugar, outros autores provaram claramente que raça não exerce papel importante no processo de mobilidade social, sendo a situação atual dos não-brancos explicável em termos da posição relativamente desvantajosa da qual partiram. Embora os níveis de realização possam diferir de um grupo de cor para outro, não se deve esperar diferenças raciais relativas aos retornos dos investimentos feitos.

¹⁹ Em particular, deve-se esperar que os mulatos apresentem níveis educacionais, ocupacionais e econômicos mais elevados que os negros.

Neste estudo examinamos os diferenciais raciais na distribuição da renda. Os resultados obtidos, resumidos acima, parecem indicar que deveríamos rejeitar as duas hipóteses inspiradas na literatura sociológica brasileira, por não serem plausíveis.

Nem os mulatos parecem ser inequivocamente diferenciados dos negros, nem raça parece desempenhar um papel desprezível na distribuição da renda. Pelo contrário, observamos que os brancos parecem desfrutar vantagens substanciais no mercado de trabalho, sendo, assim, claramente diferenciados dos não-brancos.

(Originais recebidos em setembro de 1979. Revisitos em novembro de 1979.)